ESCOLA, GÊNERO E PODER: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DISPOSIÇÕES SOCIAIS VIVENCIADAS EM ÂMBITO ESCOLAR

Thalles Henrique Batista dos Santos[1]
Maria Gabriela Andrade Silva[2]

RESUMO: Ao longo do processo formativo escolar os indivíduos são colocados em "seu lugar": menino/menina; homem/mulher; professor/professora etc. Podemos pensar na escola como uma Instituição que contribui na construção das relações de gênero e de suas diferenças, onde reafirmam-se a hierarquia e a ordem social. Os mecanismos operacionalizados pela escola permitem classificar os alunos e estabelecem relações de punições e premiações. A partir de conexões com Michel Foucault e outros estudiosos, traçaremos paralelos entre as relações de poder, gênero e a escola, com objetivo de explicitar a dicotomia produzida historicamente e refletida no ambiente escolar. Como romper estes estigmas em um ambiente que deveria ser mais plural e democrático? A Instituição Escolar se encontra com esse desafio: Dispor de âmbitos educacionais aos quais os alunos sintam-se acolhidos e respeitados em suas concepções pessoais.

Palavras-Chave: Gênero. Poder. Escola.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar uma análise acerca de como é (re)produzido uma série de padrões comportamentais que "devem" ser seguidos pelas pessoas em relação a sexualidade, condutas, gênero, perpassando pelas relações de poder existentes na escola e no currículo escolar. Para tanto, foram feitas diversas pesquisas bibliográficas em meios eletrônicos, principalmente as que dialogavam com obras do filósofo francês Michel Foucault e as que tratavam sobre Escola e Teoria do Currículo.

Assim, o objetivo é compreender, a partir do diálogo com Michel Foucault, a vinculação entre o Poder e as relações de gênero na Escola. Para tanto, consideraremos o poder como um instrumento de normatização dos padrões de conduta, os corpos e as subjetividades, classificando em "normais" e punindo aqueles que transgridam essa

[1] Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Católica de Pernambuco. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3189252275301307
[2] Graduanda em Licenciatura em Letras (Português e Espanhol) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Currículo Lattes:

normatização. Buscaremos entender como o poder se manifesta, as relações de poder e seus instrumentos e a escola como instituição normatizadora e de sequestro que ajuda nesta (re)produção de normas, valores, gêneros e as desigualdade entre eles.

O PODER

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) iniciou a construção de uma análise sobre o poder e as relações de poder buscando demonstrar o contrário da concepção tradicional que considera o Estado como único detentor do poder[3]. Ele buscou compreender a "microfísica" do poder através dos "modos por meio dos quais o poder é constituído e manipulado discursivamente" (SANTOS, WERMUTH, 2015, p. 336). Desta forma, o poder para Foucault é a ação que não age direta e imediatamente sobre outrem, mas em si mesma.

A carência de compreender como o poder se envolve em todas as estruturas levou Foucault a desenvolver um estudo feito de forma histórica, compreendendo as transformações sociais, a construção social e suas diversas formas de domínio, isso resultará naquilo que ele chama de "genealogia do poder".

Com o rompimento com aquela concepção tradicional do poder, Foucault nos traz uma abordagem onde o poder não pode ser localizado e observado em uma determinada instituição ou Estado, apenas. O poder para ele não está centralizado nesta ou naquela Instituição, nem como algo que se transmite juridicamente ou politicamente. Tampouco o poder é visto como algo que se possa ser proprietário. Destaco:

> É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não possuem [...] Nunca está localizado aqui ou ali, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sobre sua ação (FOUCAULT, 2004).

[3] Atentem a concepção tradicional da filosofia política, trazida por Maquiavel, onde o poder é uma força centralizada/canalizada pelo Estado, de forma verticalizada, e tem como fundamento a propriedade do poder, isto é, algo que pode ser dado, tirado, trocado, tomado.

Portanto, Foucault observa o poder como resultado de uma relação de forças, estando em todos os lugares e envolvendo todas as estruturas sociais, não podendo ser individualizadas e desagregadas de uma rede. Em suas palavras: "O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia" (FOUCAULT, 2004). Ou seja, o poder não se encontra em indivíduos, ele circula e passa por eles. Para o filósofo francês (ibidem), o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, ele apenas se exerce, só existindo em ação.

Ainda, o poder, segundo Duarte (2008), se dá em um conjunto de relações e práticas sociais historicamente constituídas. Ninguém consegue escapar destas relações; estamos todos inseridos nestas redes de poder, entendidas por Foucault como micropoderes.

É a partir destas questões que analisaremos a Instituição Escolar e seu Currículo como espaços onde ocorrem as relações de poder disciplinador que normatizam e conduzem os corpos, sexualidade e gêneros.

A ESCOLA E AS RELAÇÕES DE PODER E GÊNERO

A escola é entendida pelo filósofo como uma das instituições de "sequestro", pois elas individualizam os sujeitos[4] e usam técnicas disciplinares para o tornar dócil e dentro dos padrões criados pela sociedade. A escola é uma das instituições capazes de modificar o corpo e a mente, estabelecendo um processo de normatização através da disciplina[5]. O sucesso deste poder se deve ao uso de instrumentos como a hierarquia, a sanção normatizadora e a sua combinação (FOUCAULT, 1987). A ideia de se formar um sujeito

[4] Segundo DELEUZE (2008), Michel Foucault não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas os termos 'subjetivação', no sentido de processo. [...] Trata-se de uma relação de força consigo mesma. Para REVEL (2005), o termo 'subjetivação' designa, para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou mais exatamente, de uma subjetividade.

[5] "Em vez de apropriar e de retirar, tem como função adestrar; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utiliza-las num todo. [...] A disciplina "fabrica indivíduos. Ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício." (FOUCAULT, 1987, p.195).

útil e dócil para a sociedade está enraizada na própria concepção escolar e na atuação pedagógica.

É nela que a criança, enquanto ser social em processo de desenvolvimento, formam suas primeiras relações sociais e de aprendizado formal. Assim, a escola é o primeiro ambiente onde estas crianças se deparam com o diverso, com as diferenças, inclusive as de gênero. É neste ambiente que meninos e meninas disputam e dividem espaço, produzem/reproduzem e superam ou valores e entram em um conflito de forças.

A escola é uma das instituições que produz e reproduz discursos de verdades e de poder, que atuam com vigilância e adestram corpos e a mente do sujeito, tratando o homem como um objeto que deve ser moldado e modificado através de normas, exames, punições e hierarquias. O sucesso desta instituição está em formar um sujeito que exerça suas tarefas com um bom cidadão, que não transgrida as regras estabelecidas pelo jogo de poder. "É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância" (FOUCAULT, 1999).

Foucault aponta que nas escolas o poder disciplinador é usado a partir de uma distribuição dos indivíduos no espaço, utilizando-se técnicas para obter um sujeito cada vez mais submisso. Sobre este modo, apontou que desde os colégios medievais que se começou a se configurar desta forma. A hierarquização nas funções de direção, coordenação, professores e alunos; a divisão em séries e classes e a sua disposição em fileiras uma atrás das outras para melhor controle do professor; o "cantinho do pensar", o emprego do tempo (rotina e prazos), posturas, leituras, exercícios, atribuições de tarefas com duração e ordem fazem parte deste conjunto de técnicas são usadas pelo poder disciplinador.

Para Caciano e Silva (2012), as diversas atividades repetidas anos após anos que são cobradas para aprovação dos alunos e também para sua reprovação, a forma de manejar espaços, os registros, boletins, relatórios individuais, declarações psicopedagógicas, são formas de analisar os sujeitos para extrair "uma verdade" sobre ele. Tudo que fugir da normatização, isto é, tudo que transgredir as regras de condutas e os padrões de comportamento, deve ser punido e corrigido. Os mecanismos

operacionalizados pela Instituição Escolar permitem classificar/rotular os alunos como "problemático(a)", "o(a) indisciplinado(a)" ou "o(a) qualificado(a)", estabelecendo uma relação de punições e premiações.

A respeito das relações de gênero, as primeiras abordagens consideravam as características biológicas de cada sexo como responsáveis pelas desigualdades entre eles. Depois, começou-se a se pensar e entender gênero como um produto construído pela socialização e pelas experiências sociais vividas por homens e mulheres. Pierre Bourdieu (1999) defende a existência de um processo histórico contínuo de reprodução de práticas e estratégias que determinaram e determinam a construção social dos corpos. Esta divisão de gêneros pode ser percebida em atividades de interação social, como na área de enfermagem e medicina, profissionais de educação infantil e médio, etc. Grande parte das atividades relacionadas à assistência e organização privilegia o trabalho feminino (FONSECA, 2000). Já os trabalhos considerados mais centrais, estáveis e com laços formais, vinculados a cargos de chefia, são ocupados por homens, a exemplo da direção, do médico, do juiz etc.[6]

Esse processo social é reforçado nas instituições de ensino, onde o discurso a este respeito está associado à capacidade, é visto como algo natural; além de não se preocupar com a temática dentro dos currículos, projetos pedagógicos, e ação pedagógica e didática dos docentes. Estudo realizado por Líria Ângela Andrioli (UNIJUI/CAPES) e publicado em 2012, evidencia como o corpo docente trata a temática e mostra sua carência sobre o assunto gênero, onde os discursos naturalizam as normas. Este cenário, apesar de alguns avanços, ainda se encontra distante de ser mudado. Ainda é perceptível a diferenciação e separação nas relações sociais entre meninos e meninas dentro de sala e no intervalo entre as aulas.

[6] Segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, as mulheres representam a maior parte da força de trabalho brasileira com 51,7%, somente 37,8% estão em cargos de gerência e chefia. Ainda segundo o estudo, o governo federal ajuda a reproduzir este cenário dentro das pastas ministeriais. Confira em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/03/07/mulheres-ocupam-apenas-38-dos-cargos-de-chefia-no-brasil-aponta-ibge.ghtml> publicado em 07 de março de 2018. Acesso em 23/05/21.

No percurso da escolarização vai se naturalizando e legitimando esta separação entre os corpos, que parte da educação infantil – com a constituição do "universo" masculino e feminino – até o ensino médio – onde se legitima alguns assuntos pautados na sexualidade e no exercício de profissões. Claro que não podemos generalizar e afirmar que acontece em todas as escolas, mas em grande parte este processo normatizador dos corpos e dos gêneros está presente nos sistemas de ensino.

Durante este processo, os "homens" são pressionados a agir de determinada forma, dentro de determinado padrão, sendo encarado como um sujeito violento e que age pela força, tendo a capacidade de gerir e liderar – capazes de tomar decisões sérias; já as "mulheres" são encaradas como figuras dóceis, organizadas, auxiliares, aquelas que figuram a organização do lar e a "educação das gerações futuras", sendo normatizada a uma moral de "bons princípios".

Para Bourdieu e Passeron (2009), todo o trabalho pedagógico está diretamente ligado à imposição de *habitus,* isto é, um produto de interiorização cultural que se perpetua mesmo quando a atividade pedagógica se encerra:

> O habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas — o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferente sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro.[7]

O trabalho pedagógico ligado ao *habitus* reproduz a integração moral da sociedade. O que leva a uma legitimidade e uma verdade imposta aos corpos, colocando o transgressor como algo não legítimo ou digno. Neste caso, também é importante pontuar que o trabalho pedagógico enquanto ação também é exercida pelas famílias ou qualquer

[7] BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus Editora, 1996. (p.22)

outro agente dentro da estrutura social e que esta gama de interligação esbarram e refletem dentro das relações de poder, pois é igualmente uma relação de forças. Assim, podemos pensar como a escola contribui na construção destas relações de gênero e de suas diferenças, quando ela impõe modos, condutas, posturas, gestos a cada um destes. É ao longo do processo formativo escolar que os indivíduos são colocados em "seu lugar": menino/menina; homem/mulher; professor/professora; onde é reafirmado a hierarquia e a ordem social, entre outras configurações.

O CONHECIMENTO, A FIGURA DO MASCULINO/FEMININO E OUTRAS IDENTIDADES GÊNERO

Para Foucault (2010), todo conhecimento é inventado, não sendo nenhum natural. Da mesma forma que as condutas, práticas e paradigmas que se correlacionam com o conhecimento, a "verdade" e o poder. Nada disso nasce da essência do homem, o que acontece é que se atribui poder àqueles que legitimam as normas, convenções e condutas. Cada sujeito[8] busca fazer prevalecer a norma que lhe é particular.

Como já dito noutrora, toda cultura tem um arcabouço de posturas, condutas e sentidos/sentimentos apropriados para homens e mulheres de forma que se distancie cada um deles através destas normas. Os homens – e as mulheres – são obrigados a se afastarem do padrão de conduta do outro. Por exemplo, a depilação corporal, depilação das sobrancelhas, pintura de olhos e da boca estão relacionadas a representação do que é "ser mulher" (DEL PRIORI, 2000). Outro exemplo muito enraizado em nossa sociedade, e consequentemente reproduzido nas escolas, é que o menino é uma figura mais violenta, enquanto as meninas são mais dóceis e meigas. Esses pensamentos acabam sendo reafirmados através do discurso e também das atividades dentro da sala de aula ou no pátio durante o intervalo ou em brincadeiras nas disciplinas de educação física ou movimento, ou nas disciplinas de linguagens, quando, por exemplo, são vetados alguns livros literários que tratam de gêneros ou identidade sexual que não sigam o padrão normativo da sociedade.

[8] Peço que tome a nota 02 sobre sujeito e subjetivação.

Essas condutas repetidas dentro do espaço escolar, enquanto espaço pedagógico e social, atua classificando os corpos e o sujeito entre normal[9] e anormal. Quando este indivíduo não segue o padrão posto, ele é visto como anormal, àquele que transgride a sociedade, que deve ser punido e corrigido através de instrumentos pedagógicos – enquanto violência simbólica – e moldado para o caminho tido como certo. O próprio discurso autoritário dentro da sala de aula – verticalizada – faz parte deste cenário permeado pelas relações de poder, sejam elas disciplinar ou biopolitica.

A Escola deve disponibilizar um ambiente de liberdade e conforto para que todos os seus alunos, com quaisquer que sejam suas concepções pessoais, tenham a possibilidade de se expressar. Todavia, problemáticas socioculturais não são inibidas de forma simples. O estudante, com toda a sua bagagem e vivência, ingressa na instituição social escola e se depara com realidades diversas e desafios diários de convivência com o novo. Portanto, essas diferenças dentro da escola, em alguns momentos, não se relacionam de forma harmoniosa. Segundo Café e Coroa (2020): "A escola é um espaço social em que a diversidade de identidades nem sempre apresenta convivência harmoniosa, especialmente quando grupos minoritários desviantes da hegemonia heteronormativa estão presentes".

Esses conflitos de identidade ocorrem devido uma normatividade pré-estabelecida na sociedade, onde um "padrão" de corpos existe, e quanto mais próximo você está do "ideal", melhor será aceito no convívio dos estudantes. Entretanto, há questões que fogem desses estereótipos do perfeito criados. Pessoas que não se identificam com o gênero resignado ao nascimento, ou que possuem orientações sexuais que fogem dos padrões heteronormativos, são alvos frequentes de julgamento em âmbito escolar.

PUNIÇÕES/ PRECONCEITOS

Sobretudo, viver e se identificar fora de um padrão imposto pela sociedade é uma tarefa bastante árdua, principalmente quando se está do lado oprimido. Dentro da escola, os indivíduos em fase de formação reproduzem naturalmente preconceitos advindos da

[9] Encarem que a normalidade é o que conduz à norma, isto é, o "normal" é aquilo que está em conformidade com a norma. É a norma internalizada em equilíbrio.

família, grupo social, entre outros. Crianças e adolescentes transexuais são um alvo corriqueiro desse julgamento. Ademais, tornam-se estudantes reprimidos pelo contexto escolar, tanto pelos colegas de classe, tanto pela gestão pedagógica, que por sua vez tem o dever de combater o bullying e o preconceito de todas as formas possíveis.

Visto isso, para trazer um contexto mais prático da pesquisa, foi trazido o depoimento de um aluno transexual de uma escola da rede pública de ensino do estado de Pernambuco, EREM José Vilela, denominado "I". O rapaz realizou um relato sobre suas experiências em âmbito escolar enquanto homem trans e o como a escola influenciou em sua aceitação.

Excerto - Entrevista com o aluno da rede pública, "I":

	Pesquisador	Entrevistado
Pergunta 1	Você se sente acolhido pela instituição?	Me sinto bastante acolhido pela instituição / Achei que iria ter algum problema de inicio quando eu vim falar sobre meu nome social / como eu queria ser tratado. / Mas pelo contrário, fui muito bem acolhido, sou muito bem tratado. / As pessoas respeitam meus pronomes (...)
Pergunta 2	Desde a sua chegada, você utiliza seu nome social?	"Meus pais não me aceitam porque são muito religiosos, então fiquei com medo de dizer meu nome na escola. Só que desde que cheguei, na acolhida da escola, foram muito compreensivos com essa questão. Daí já disse meu nome pra todo mundo (...)
Pergunta 3	Aconteceu algum incidente/problema que acabou lhe prejudicando ou afetando seu aprendizado?	Na minha antiga escola, aconteceu que eu fui informar que queria ser tratado no masculino / as pessoas começaram a falar que eu queria ser tratado

		como macho ou "eu sempre soube que você era sapatão" / meio masculino e tudo mais / mas agora queres ser tratado como macho / e eu eu não entendo isso / não vou lhe chamar de I pois não te vejo como I e sim como uma menina.
Pergunta 4	Você possui planos para o futuro?	A escola me deixou sonhar bastante, acho que serei um cineasta ou poeta / eu gosto muito de arte então quero seguir esse caminho (...)

Outrossim, “I”, em seu relato trouxe uma narrativa que faz parte da vida de muitas outras crianças e adolescentes transexuais. Ele, apesar de ter passado por problemas de aceitação, tanto em sua primeira escola, onde sofreu discriminação, quanto dentro de casa, fez-se forte e vem superado os obstáculos diariamente.

A instituição escolar, neste caso, agiu de forma positiva, pois a todo momento se mostrou solícita às questões de adaptação do rapaz, recriminando os outros alunos, e promovendo a socialização de “I”.

O rapaz ainda passará por muitos desafios, pois infelizmente nem todos os lugares serão tão seguros quanto o ambiente escolar. Entretanto, ao escutar a fala do garoto sobre seus próximos passos e seus planos para o futuro dá esperança e motivação para dias melhores, lutando por eles e com eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já discutido, a escola é um espaço que acaba por re(produzir) o modelo definido pela sociedade, através das relações de poder, que restringe as crianças e adolescentes de suas vontades e desejos, fazendo com que sua sexualidade e suas identidades sigam um padrão normativo e quando não se segue deve ser dado às escondidas para que não seja controlado, punido e corrigido.

O papel docente é primordial no processo de construção do conhecimento, é a partir de sua atuação que deveria ser conduzido um processo de reflexão e crítica que permita que o discente possa eleger seus valores, conhecer seus desejos, traçar suas metas e plano de vida, assim ampliando o seu universo de conhecimento e internalizando respeito e a diversidade cultural que nos cerca. É necessário fazer sempre críticas ao modelo tradicional, aos padrões e as ideologias. Buscando quebrar a violência simbólica, velada ou explícita.

Educar para a diversidade, por exemplo, é fazer com que se promovam debates, reflexões, que o docente invente novas formas de divisão, traga novas fontes, estudos e permita que o (a) aluno (a) sejam mais protagonistas da ação pedagógica. É também necessário que toda a comunidade escolar compreenda que a escola é marcada por relações de gênero (e também raciais etc). É preciso, dessa forma, que as professoras e professores reflitam sua práxis e entenda que toda nossa vida é marcada e construída por processos históricos e culturais, sendo estes que produzem significados sobre o feminino e o masculino e que estabelecem as nossas relações sociais dentro e fora da escola.

A escola **deve** e **precisa** (grifo nosso) ser lugares democráticos, sendo fundamental que seus atores participem mais ativamente com este caráter; trabalhar as relações de gênero sob esta perspectiva das relações de poder, para que se compreenda como este entrave entre forças operam no sentido de criar ordem, conhecimento e o próprio poder, além de perceber que estas características tidas como “naturais” sobre o feminino e o masculino corresponde ao produto destas relações.

A escola é a única que consegue abranger a educação e suas relações em totalidade, sendo a principal ferramenta para desconstruir estas desigualdades – que ela constrói/ reproduz -, devendo trabalhar neste sentido de forma mais incisiva com formação de seus docentes e com projetos que visem quebrar estes paradigmas e desnaturalizar as representações normativas. É “tocando na ferida” das desigualdades de gênero, violência, preconceitos diversos que poderemos construir uma educação libertadora.

Esta temática não se esgota por aqui. A questão de gênero na escola traz diversos pontos que devem ser discutidos de forma acadêmica. Portanto,os estudos voltados a essa área, ainda em fase inicial, abre um leque de estudos a serem explorados.

REFERÊNCIAS

AUAD, D. **Educar meninas e meninos: a relações de gênero na escola aqui.** São Paulo: Contexto, 2006.

AUAD, D. **Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e joso de separação nas práticas escolares.** Campinas. V. 17, 2006.

BORDIN, Tamara Maria. **O saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault.** Natal, Rio Grande do Norte, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/5088#:~:text=O%20SABER%20E%20O%20PODER%3A%20A%20CONTRIBUI%C3%87%C3%83O%20DE%20MICHEL%20FOUCAULT,Tamara%20Maria%20Bordin&text=O%20objetivo%20maior%20%C3%A9%20elucidar,e%20para%20a%20pol%C3%ADtica%20educacional.> Acesso em 25/05/2021.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1999.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** LusoSofia, 2009.

CAPPELLE, Monica; MELO, Marlene; BRITO, Maria. **Relação de gênero e de poder: Repensando o masculino e o feminino nas organizações.** Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-teo-1571.pdf> acesso em 25/05/2021.

DEL PRIORI, Mary. **Corpo a corpo com a mulher: pequena historia das transformações do corpo feminino no Brasil.** São Paulo: Editora Senac SP, 2000.

FONSECA, Tania Maria Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT M. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Editora Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RODRIGUES, Ana Paula Kravczuk. **Gênero e sexualidade a partir de Foucault: o longo processo histórico de normalização e normatização dos corpos e das condutas.** Ijuí, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/3700#:~:text=A%20presente%20pesquisa%20monogr%C3%A1fica%20faz,processo%20de%20normaliza%C3%A7%C3%A3o%20das%20condutas.>. Acesso em 25/05/2021.

RODRIGUES, Valeria. **A importância da mulher.** In PARANÁ, Secretária de Estado da Educação. Curitiba, SEED/PR, 2011 V.1. Disponível em: <http://gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20> Acesso em 25/05/2021.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise.** Porto Alegre, 1990.